# PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PRODUTO B

PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Conceição do Jacuípe – BA

AGERSA
Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia

PORTAL DO SERTÃO
CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PORTAL DO SERTÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE**

# PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE

## PRODUTO B: PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

**NOVEMBRO**

**2015**

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

RUI COSTA DOS SANTOS
**Governador**

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
**Vice - governador**

CÁSSIO RAMOS PEIXOTO
**Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento**

CARLOS MARTINS
**Secretário de Desenvolvimento Urbano**

ROGÉRIO CEDRAZ
**Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento - Embasa**

MARCUS VINICIUS FERREIRA BULHÕES
**Presidente da Companhia de Engenharia Hídrica e Saneamento – Cerb**

ROGÉRIO DOS SANTOS COSTA
**Diretor Geral da Agência Reguladora de Saneamento Básico**

**CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
**PORTAL DO SERTÃO**

DERIVALDO PINTO CERQUEIRA
**Presidente**

DANIEL MOREIRA DE OLIVEIRA SOUZA
**Secretário Executivo**

**EQUIPE TÉCNICA**

GEORGE DANTAS LEAL
**Coordenador do Projeto**

JAMILE CARNEIRO
**Engenheira Ambiental**

YURI BATISTA DE OLIVEIRA
**Jornalista**

SIMONE SOUZA DOS SANTOS BARRÊTO
**Assistente Social**

KAYAN MASCARENHAS SILVA
**Engenheiro Civil**

MARIA BETÂNIA PEREIRA DOS SANTOS
**Administradora**

CAMILA BASTOS PAMPONET SUZART CRUZ
**Advogada**

ANA RITA DA COSTA OLIVEIRA
CAMILA MOREIRA DE JESUS
DALILA SANTOS JESUS
GABRIEL CARLOS DOS REIS BATISTA FIGUEIREDO
SOLANGE COSTA GUERRA
**Técnicos de Mobilização Social**

## EQUIPE TÉCNICA - REVISÃO

LEANDRO SANTOS LEAL
Coordenador do Projeto
**Engenheiro Sanitarista e Ambiental**

IVANE MARCLEY NASCIMENTO SENA
CAMILA OLIVEIRA COSTA
DANILEILE CASTRO DO NASCIMENTO
VANESSA MARVINI SANTANA GUIMARÃES
THAMIRES OLIVEIRA DO BOMFIM
RENATA DE MIRANDA MEIRELLES COSTA E SILVA
Técnicos de Campo I
**Engenheiras Sanitaristas e Ambientais**

JULIANA BEZERRA NUNES
Técnico de Campo II
**Engenheira Ambiental**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE

NORMÉLIA MARIA ROCHA CORREIA
Prefeita Municipal

MARCIO SOUZA SANTOS
Vice-Prefeito

CARLOS ALBERTO CASTRO DE OLIVEIRA
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

CRISTIANE AZEVEDO DA SILVA ROSA
Secretaria Municipal de Educação

OLIVIA ALVES DE BRITO CORREIA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

GILVAN COSTA DA FRANCA
Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Econômica

MARCO ANTÔNIO CERQUEIRA GRILLO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

MANOEL ELENON DE SOUZA FERREIRA
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

JOSÉ ANTÔNIO OLIVEIRA DE ALMEIDA JÚNIOR
Secretaria Municipal de Obras

ZENAIDES LISBOA RODRIGUES
Secretaria Municipal de Saúde

ISABELA DE SOUZA COSTA
Secretaria Municipal de Assistência Social

# APRESENTAÇÃO

O Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Portal do Sertão, uma autarquia de direito público, fundado em 20 de fevereiro de 2010, com base na Lei Federal n° 11.107, que conta com 16 municípios consorciados: Santo Estevão, Coração de Maria, Anguera, Água Fria, Antônio Cardoso, Irará, Ipecaetá, Santa Bárbara, Santanópolis, Conceição da Feira, Teodoro Sampaio, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Tanquinho, São Gonçalo dos Campos e Terra Nova, apresenta o PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE.

A elaboração do referido Plano está dividida em 11 Produtos de acordo com o Termo de Referência da FUNASA. Este relatório refere-se à execução do **Plano de Mobilização Social** – Produto B, em destaque abaixo:

Produto A – Formação do Grupo de Trabalho.
**Produto B – Plano de Mobilização Social.**
Produto C – Relatório do Diagnóstico Técnico-Participativo.

Produto D – Relatório da Prospectiva e Planejamento Estratégico.

Produto E – Relatório dos Programas, Projetos e Ações.

Produto F – Plano de execução.

Produto G – Minuta do Projeto de Lei.

Produto H – Relatório sobre os indicadores de desempenho.

Produto I – Sistema de informações municipais.

Produto J – Relatório mensal simplificado do andamento das atividades.

Produto K – Relatório final do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Através do Convênio nº 001/2015, firmado com a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (AGERSA), o Consórcio Portal do Sertão fez estudos de base e capacitações que propiciaram a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Organograma do Comitê de Coordenação .....12
Figura 2 - Localização do município de Conceição do Jacuípe .....16
Figura 3 - População Urbana e Rural do município de Conceição do Jacuípe-BA. .....17
Figura 4 - Taxa de crescimento anual por área selecionada entre 2000 e 2010.....17
Figura 5 - População residente no município por faixa etária entre 2000 e 2010....18
Figura 6 – Mapa dos Setores de Mobilização .....33
Figura 7 - Peças gráficas para divulgação (Banner, Folder e Convite) .....34
Figura 8- Modelo de Relatório para Oficinas.....36
Figura 9- Modelo de Lista de Presença e Certificado.....36
Figura 10 - Fluxograma de etapas de elaboração do PMSB.....38

# LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características geográficas do município Conceição do Jacuípe - BA. ....16
Tabela 2: Associações e Cooperativas de Conceição do Jacuípe (continua). ....26
Tabela 3: Conselhos Municipais de Conceição do Jacuípe ....28
Tabela 4: Escolas Municipais de Conceição do Jacuipe(continua) ....28
Tabela 5: Escolas Privadas de Conceição do Jacuípe....29
Tabela 6: Escolas Estaduais de Conceição do Jacuípe....30
Tabela 7: Unidades de Saúde e Centros de assistência Social do Município ....31
Tabela 8: Distritos e Povoados do Município de Conceição do Jacuípe ....32
Tabela 9: Programação da Oficina de Capacitação do Comitê de Coordenação ...40
Tabela 10: Programação da Conferência de Lançamento PMSB ....41
Tabela 11: Programação da Oficina de Diagnóstico ....43
Tabela 12: Programação da Oficina de Prognóstico e Construção de Cenários....44
Tabela 13: Programação da Roda de Conversa ....45
Tabela 14: Programação da Audiência Pública....47

**SUMÁRIO**

1. IDENTIFICAÇÃO ..... 11
1.1 Composição do Comitê de Coordenação ..... 11
2. INTRODUÇÃO ..... 13
3. CONTEXTUALIZAÇÃO ..... 15
3.1. Histórico do município ..... 15
3.2. Aspectos geográficos ..... 15
3.3. Aspectos demográficos ..... 16
4. JUSTIFICATIVA ..... 19
4.1 Bases legais ..... 20
5. OBJETIVOS ..... 23
6. METODOLOGIA ..... 24
6.1 Atores Sociais ..... 25
6.1.1. Local de realização ..... 26
6.2. Setores de Mobilização ..... 32
6. 3. Meios de Comunicação – estratégias de divulgação ..... 34
6.4 Registros de Memória ..... 35
6.5 Instrumentos de apoio didático ..... 37
7. FASES, ATIVIDADES E METAS ..... 38
7.1 – 1ª Etapa: Capacitação do Comitê de Coordenação ..... 39
7.2 – 2ª Etapa: Conferência de Lançamento do Plano Municipal de Saneamento Básico ..... 40
7.3 – 3° Etapa: Realização das Oficinas ..... 41
7.3.1 Programação das Oficinas ..... 42
7.4. Roda de Conversa ..... 45
8. ACOMPANHAMENTO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS COM CONSULTA PÚBLICA ..... 46
8.1 Consulta Pública ..... 46
8.2 Audiência Pública ..... 47
10.CRONOGRAMA ..... 48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 49
ANEXOS ..... 51

## 1. IDENTIFICAÇÃO

| | |
|---|---|
| **MUNICÍPIO:** Conceição do Jacuípe | **PREFEITO :** Normélia Maria Rocha Correia<br>**GENTÍLICO:** Conjacuipense<br>**NÚMERO DE HABITANTES:** 33.354 |
| **U.F:** BA | **TERRITÓRIO**: Portal do Sertão |
| **QUANTIDADE DE SETORES:** 03 | **IDENTIFICAÇÃO DOS SETORES:** Setor A, Setor B e Setor C |
| **EVENTOS MUNICIPAIS:**<br>01 Capacitação do Comitê<br>01 Conferência Municipal<br>01 Roda de Conversa<br>01 Audiência Pública | **EVENTOS POR SETORES**:<br>06 Oficinas Setoriais |

### 1.1 Composição do Comitê de Coordenação

De acordo com o Termo de Referência da Funasa, a presença de um Comitê de Coordenação composto por representantes do município é indispensável para o desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico, garantindo assim a titularidade do município no desenvolvimento das atividades. A participação dos representantes do município é fundamental no acompanhamento das etapas do Plano, assim como no auxílio à elaboração das mesmas e avaliação do processo como um todo.

O Comitê é formado por 03 (três) representantes do poder público, 03 (três) representantes da sociedade civil e 01 (um) representante do prestador de serviço de saneamento básico. A articulação entre representantes do poder executivo, legislativo e da sociedade civil, é indispensável no estabelecimento de diálogo com a comunidade. Dentro deste contexto o comitê de coordenação do município de Conceição do

Jacuípe, instituído através de decreto é composto como apresentado na Figura 1.

**Figura 1- Organograma do Comitê de Coordenação**

## 2. INTRODUÇÃO

O Plano de Mobilização Social (PMS) é um dos instrumentos para que o município possa elaborar seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e tem por objetivo fortalecer a operacionalização do Plano, através de ações que garantam o controle social com publicidade ampla e irrestrita de ferramentas utilizadas e resultados alcançados, priorizando informar a população sobre seus direitos e deveres em relação aos serviços de saneamento básico.

Para além de um instrumento técnico, o PMS busca favorecer um diálogo intenso e contínuo com a comunidade a fim de compreender as dinâmicas socioculturais e econômicas que regem as práticas locais. A partir das especificidades de cada território são elaboradas atividades para que o processo ocorra de forma transparente, participativa e democrática, assim como está previsto na Política Nacional de Saneamento Básico - Lei 11.445/2007.

As atividades constituem em si um espaço aberto para que a população participe ativamente do processo de desenvolvimento do PMSB, assim são realizadas diversas atividades como conferências, seminários, audiências públicas, oficinas e reuniões fortalecendo as relações sociais e debatendo sobre as necessidades e anseios da população. Em suma, o conhecimento técnico deve estar aliado com o conhecimento popular para a compreensão do cenário municipal, já que este ultrapassa os limites do conhecimento técnico sobre o território e se apresenta como uma fonte alternativa na busca de soluções em diversas localidades.

Não obstante do processo de planejamento, deve-se ter por parte das equipes técnicas o entendimento do aspecto político inerente ao PMSB, assim deve-se respeitar nos espaços de diálogo, constituídos através dos eventos e atividades, os debates entre as lideranças locais, representantes do poder público, organizações da sociedade civil e demais membros da população.

Através da construção técnica, social e política de um Plano Municipal de Saneamento Básico evidencia-se que não se pode, somente, atender as

necessidades operacionais dos quatro eixos do saneamento básico, mas, também, é necessário assegurar o exercício da cidadania ao fornecer ferramentas para que a comunidade tenha acesso as informações indispensáveis para exigir seus direitos e cumprir os deveres para a implementação dos serviços.

Então, entende-se que o Plano de Mobilização Social é, dentro da elaboração de planos de saneamento básico, o primeiro passo concreto para a promoção do controle social. Consiste deste modo em um pacto social que estabelece um ambiente com estruturação da viabilidade política e consolidação da gestão municipal de saneamento básico.

# 3. CONTEXTUALIZAÇÃO

## 3.1. Histórico do município

A história de Conceição de Jacuípe se inicia no século XVII, com a chegada dos portugueses, onde estabeleceram engenhos para o desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar. Em 1898, instalou-se uma casa comercial, dando origem ao Arraial de Baixa do Jacuípe, mudando o nome para Feira do Berimbau devido ao início da feira livre em 1914. Até então esta localidade pertencia a Santo Amaro. Esta feirinha servia para a comercialização de pequenos produtos. No ano de 1943, houve uma ampliação e reforma no mercadinho. Com o feito, em 1945 houve um incentivo por parte do Coletor Federal, onde premiaria com a soma de cem mil réis a cada feirante que participasse das 52 (cinqüenta e duas) feiras realizadas durante o ano, muitos deles foram premiados.

Em 09 de fevereiro de 1949 foi inaugurada a rede de energia hidrelétrica do povoado e a instalação do Subdistrito Policial da Lapa. Em 30 de dezembro de 1953 o povoado de Berimbau foi transformado em Vila da Conceição do Jacuípe, através da Lei nº 628 e apenas em 20 de outubro de 1961, o Governador Juracy Monteiro Magalhães assinou a Lei nº 1531, a qual criou o município de Conceição do Jacuípe. Este nome foi originado pela adoção da santa padroeira Nossa Senhora da Conceição e do nome do Rio Jacuípe, o qual banha a localidade e é um dos principais da região. Os nascidos neste município são Conjacuipenses.

No dia 01 de abril de 1963 foram empossados o primeiro Prefeito, Emanuel Madureira Couto, e 09 (nove) vereadores, sendo que estes não tinham salário.

## 3.2. Aspectos geográficos

“O município possui uma área de 117,5 km² e está localizado nas coordenadas geográficas - 12°19’00” de latitude (Sul) e 38°46’00’’ de longitude (Oeste), a 146 km de distância da capital do estado, Salvador. Faz fronteira com os municípios de Amélia Rodrigues, Coração de Maria, Feira de

Santana, Santo Amaro, Teodoro Sampaio e Terra Nova (SEI, 2013). Maiores informações na

Tabela 1.

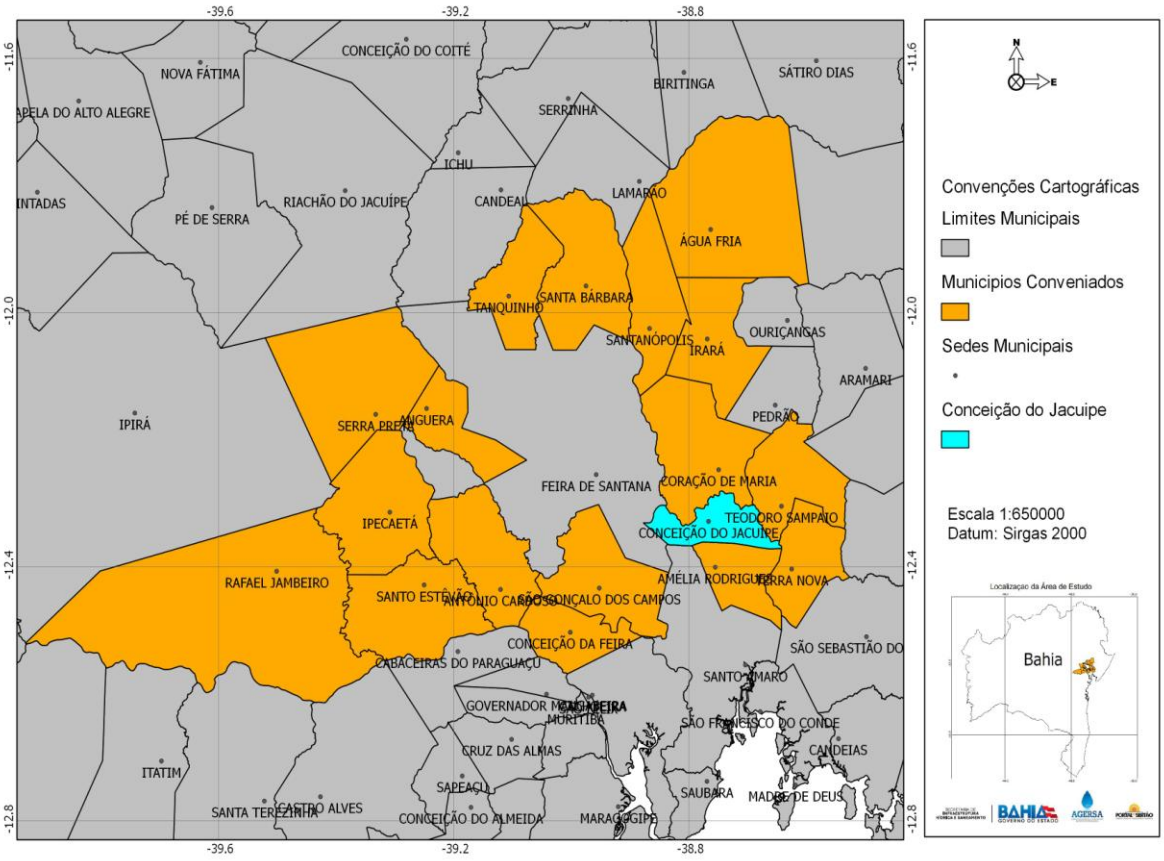
A Figura 2 mostra a extensão territorial do município de Conceição do Jacuípe.

**Tabela 1 - Características geográficas do município Conceição do Jacuípe - BA.**

| Área (Km²) | Coordenadas Geográficas | | Altitude (m) | Distancia da Capital (Km) |
|---|---|---|---|---|
| | *Latitude Sul* | *Longitude Oeste* | | |
| 117,5 | -12°19'00" | 38°46'00" | 219 | 97 |

Fonte: SEI, 2013.

**Figura 2 - Localização do município de Conceição do Jacuípe**

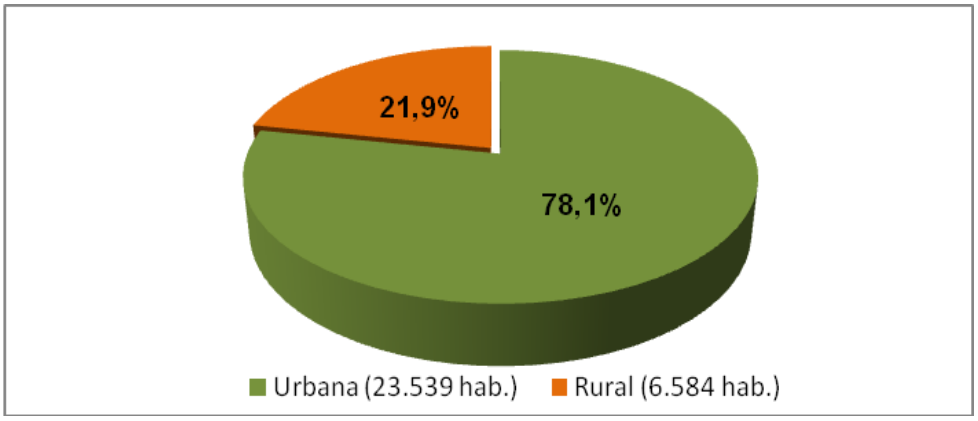



### 3.3. Aspectos demográficos

Segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE a população total do município de Conceição do Jacuípe era de 30.123 habitantes com uma densidade demográfica de 256,30 hab/km². Dessa população 21,9 % estar

concentrado na zona urbana e 78,1% na zona rural (Figura 3). Do total 14.559 são homens e 15.564 são mulheres (IBGE, 2015).

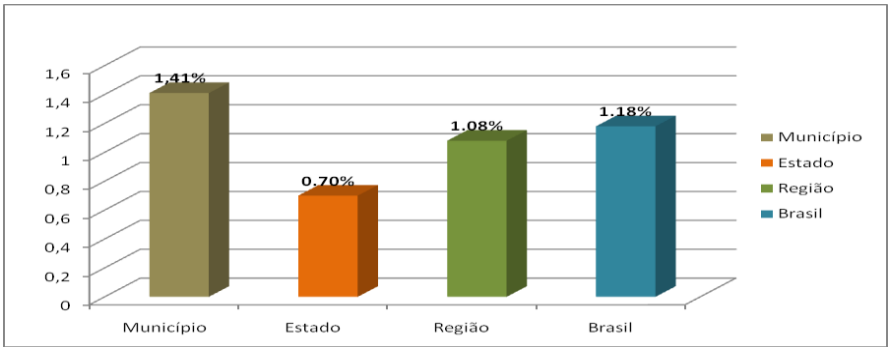
**Figura 3 - População Urbana e Rural do município de Conceição do Jacuípe-BA.**




Fonte: IBGE, 2015.

Entre os Censos Demográficos de 2000 a 2010, a população do município de Santa Bárbara ampliou, apresentando taxa de 1,41% ao ano, passando de 26.183 para 30.123 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, Região Nordeste e no Brasil, com 0,70% 1,08% e 1,18%, respectivamente (Figura 4).

**Figura 4 - Taxa de crescimento anual por área selecionada entre 2000 e 2010**



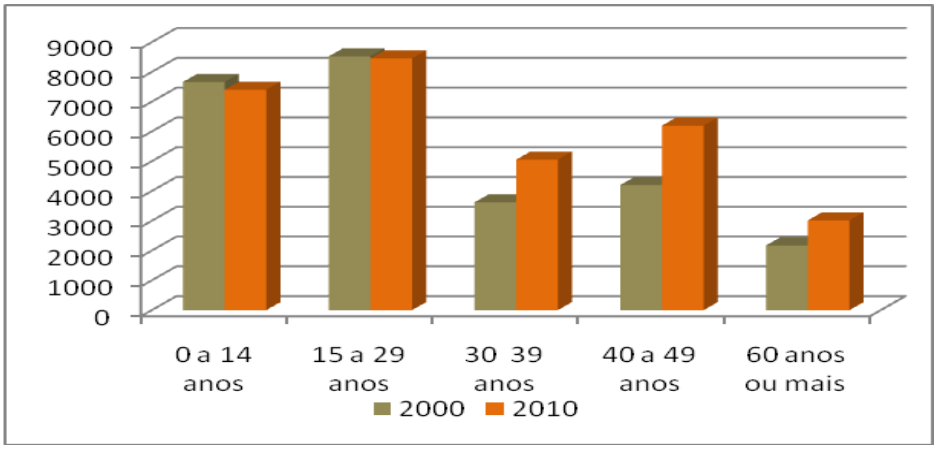

Fonte: MDS, 2015.

O município também apresentou mudanças na estrutura demográfica. No período entre 2000 e 2010 houve um aumento da população idosa, em termos anuais, cresceu 3,3% em média. Em 2000, este grupo representava

8,3% da população, já em 2010 detinha 10,0% do total da população municipal.

A faixa etária de 0 a 14 anos registrou um crescimento negativo entre 2000 e 2010. Criança e jovens detinham uma população de 7.665 habitantes em 2000, passando para 7.402 habitantes em 2010. Na Figura 5 estão detalhadas as informações referentes à variação da população por faixa etária.

**Figura 5 - População residente no município por faixa etária entre 2000 e 2010**.




Fonte: MDS, 2015.

## 4. JUSTIFICATIVA

A participação popular e o controle social representam requisitos legais e políticos fundamentais para o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. No contexto da construção do PMSB, deverá ser consolidado através da dinâmica intensa da mobilização e da informação, para promover e assegurar a participação social, nas etapas do diagnóstico, prognóstico, e na efetivação da consulta e audiência pública que finalizará a preparação.

Durante esta construção, devem-se considerar todos os métodos que atendam ao controle social, para além das bases legais, antevendo, o processo histórico do país e as mudanças na relação entre Sociedade e Estado. De acordo com, Filho (2013), há um entendimento que numa direção distinta do que sempre predominou em nossa história política, vêm surgindo novas atribuições e expectativas para os diversos segmentos e agentes sociais, no que se refere à lógica de convivência e de gestão dos espaços públicos, numa clara tendência à descentralização e perspectivas de democratização da gestão pública.

É necessário partir de uma realidade conflituosa, resultante de um processo de colonização alicerçada na subtração das riquezas naturais, dizimando os nativos, escravizando povos e fomentando instituições voltadas para a execução de políticas públicas com base no privilégio de determinados segmentos e corporações, em detrimento das ações de caráter coletivo.

O Plano Nacional de Direitos Humanos reconhece que, apesar dos avanços significativos, ainda “predomina um contexto de desigualdades e subordinação no Brasil que aponta urgência para a necessidade do compromisso compartilhado e a participação social na construção e monitoramento das políticas públicas”. Assim, as legislações recentes são elaboradas de modo a garantir o princípio da prioridade no quesito participação social, por que se caracteriza como uma oportunidade de formação de lideranças e representações, buscando o fortalecimento das instituições a partir do poder de atuação do povo, isto se dá através da capacitação técnica para a tomada de decisão e o exercício do controle

social; como uma forma de elaboração e disseminação das políticas públicas.

Ainda assim, é necessário que o Estado, através do poder público municipal, tenha participação direta no processo de construção de ferramentas de planejamento, com o papel de assessorar e mobilizar a comunidade para participar. Por não se tratar de um processo fácil, requer dessa administração mudanças de atitudes e uma gestão baseada numa visão inovadora, transparente e acessível.

O Plano de Mobilização Social, funciona, então, como uma ferramenta que possibilita o acompanhamento, na execução dos planos de saneamento, pela população em geral, onde se tem acesso a informações sobre objetivos, metas, atividades e prazos, de modo que pode ser acatada sugestões e adequações a partir da realidade local em busca da construção de um plano mais adequado aos anseios da população.

### 4.1 Bases legais

A Constituição de 1988 consolidou a participação social como mecanismo de articulação da sociedade civil organizada, institucionalizados como espaços de exercício de cidadania cujos conselhos e representações podem normatizar, definir, deliberar e fiscalizar políticas públicas. O documento do Plano Nacional de Direitos Humanos, em sua 3ª edição – PNDH-3, propõe “a integração e o aprimoramento dos fóruns de participação existentes, bem como a criação de novos espaços e mecanismos institucionais de interação e acompanhamento das políticas públicas.

Também é apontada a necessidade de que tais diretrizes sejam traduzidas na concretização de “experiências individuais e coletivas que atuem na formação de uma consciência centrada no respeito ao outro, na tolerância, na solidariedade e no compromisso de formar pessoas capazes de construir novos valores, reconhecendo as diferenças como elementos de construção da justiça”.

No que se refere a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/07, art.3º, inciso IV), o controle social está situado entre os doze

princípios fundamentais que sustentam as diretrizes nacionais para a prestação de serviços públicos de Saneamento Básico. Enquanto princípio de política pública, a legislação em vigor assume o controle social como um conjunto de mecanismos e procedimentos que buscam garantir à sociedade o direito à informação e à participação em processos decisórios de formulação de políticas, acompanhamento e avaliação da prestação dos serviços públicos.

O controle social mencionado no artigo 3º da Política Nacional também é ratificado na Política Estadual de Saneamento Básico Lei nº 11.172/2008, que reitera a exigência da publicidade ampla e irrestrita de informações que compõem o PMSB. Para tanto, visando garantir a efetiva participação social e democrática, se faz necessária a realização de consultas públicas, audiências, conferências, reuniões do comitê, veiculação das informações nos meios de comunicação para total transparência acerca da elaboração do plano, inclusive dos custos envolvidos.

Segundo, Brasil (2004), a agenda 21, também traz conceitos fundamentais importantes para consolidação da participação social nos processos de planejamento, de modo que se adequa a realidade da elaboração do PMSB, segundo este documento os processos de planejamento, orientados para a sustentabilidade, requerem um grau elevado de participação da sociedade, o qual se aplica especialmente ao planejamento dos sistemas de saneamento. Assim, identifica-se uma coerência legal com as políticas nacionais e estaduais de Saneamento Básico, exigindo que o processo de construção do modelo de gestão dos serviços de Saneamento Básico no município deve ser desenvolvido assegurando a ampla participação social em todas as suas etapas.

O aspecto da educação ambiental é fundamental para o processo de empoderamento da sociedade, a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, regulamentada pelo decreto n° 4.281 de 2002, defende a presença da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de educação, de forma permanente e continuada. Ou seja, através das atividades de oficinas, rodas de conversa e conferências, deve buscar sensibilizar a comunidade, dentre um processo de educação ambiental continuado, para implementação

durante e após a elaboração do PMSB. Dever este, que segundo o PNEA, não é apenas dos órgãos públicos de ensino, mas também das demais instituições sociais públicas e privadas, veículos de comunicação e demais membros da sociedade.

## 5. OBJETIVOS

**Objetivo Geral**

- Desenvolver mecanismos que sensibilizem e permita a integração poder público e sociedade civil, acerca do processo de elaboração do plano de forma participativa e democrática.

**Objetivos Específicos**

- Identificar lideranças e segmentos sociais para formação do Comitê de Coordenação do PMSB;
- Buscar dados objetivos sobre a realidade local das condições de saneamento básico e saúde do município;
- Identificar práticas culturais, sociais e econômicas de saneamento básico da população local;
- Realizar rodas de conversas, audiências públicas, reuniões e oficinas para garantir o controle social no processo de construção social do plano;
- Empoderar os demandatários através de informações, reflexões e diálogos contínuos sobre direitos, deveres e serviços de saneamento básico;

## 6. METODOLOGIA

Para a execução das ações previstas, parte-se do pressuposto do planejamento participativo. Este será pautado e definido pelos objetivos, metas e cronogramas. Dessa forma, será necessário levar em consideração as especificidades do município, a troca de experiências e a construção de estratégias técnicas para que o exercício de cidadania seja garantido. Não somente como método de orientação e informação, mas para contribuir com a formação de um espaço de expressão democrática, onde a população possa reconhecer suas necessidades e identifique novas possibilidades de cenários viáveis.

De acordo com o Caderno Metodológico para Ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (2009), os atores sociais locais são determinantes na busca de informações específicas:

> É fundamental conhecer a fundo a realidade local, suas peculiaridades, carências e experiências de êxito, para então planejar e implementar ações que busquem minimizar ou corrigir os problemas encontrados. Não há sentido ou possibilidade de realizar um plano de ações para um lugar ou território quando não conhecemos a sua realidade, seus problemas e potencialidades (Caderno Metodológico, 2009,p.30)

Deste modo o documento final fundamentará os objetivos do município atendendo às necessidades das atuais e futuras gerações no que diz respeito aos serviços, à infraestrutura e às instalações operacionais de Saneamento Básico.

A participação da comunidade nesse processo é de extrema importância, já que o PMSB deve ser elaborado num período de 8 meses, com horizonte de 20 (vinte) anos, avaliado anualmente e revisado a cada 04 (quatro) anos. Os atores sociais de cada localidade são determinantes nesta construção relatando necessidades; produzindo conhecimento e orientando futuras gerações.

Estas atividades se resumem em: Apresentação do projeto, oficina de capacitação, conferência municipal, oficinas de diagnóstico e prognóstico, reunião ampliada e/ou roda de conversa, consulta pública e audiência pública, distribuição de folders informativos, convites para as ações, certificados, pastas, confecção de banners, dinâmicas, participação/divulgação nos eventos locais e reuniões do Comitê de Coordenação, registros fotográfico, elaboração de relatórios e de listas de presença.

### 6.1 Atores Sociais

É indispensável garantir a participação de diversos agentes públicos, sociedade civil organizada e a população em geral. Partindo do que determina o Termo de Referencia Nacional de Saúde - FUNASA faz-se necessário a "[...] identificação de atores e segmentos setoriais estratégicos, a serem envolvidos neste processo de mobilização social e na implantação do plano". (FUNASA, 2013). Para o Plano Diretor participativo, a Resolução 25 do Conselho das Cidades considera sobre a participação popular um instrumento de gestão no processo de elaboração, implementação e execução, de modo similar pode-se relacionar com os Planos Municipais de Saneamento. Neste sentido, a participação efetiva desses atores no plano busca o empoderamento dos envolvidos e o fortalecimento do controle social, para a consecução do plano.

As associações/sindicatos/cooperativas e lideranças comunitárias desempenham um papel importante em todas as áreas de qualquer sociedade civil, contribuindo para impulsionar a gestão e direcionar políticas públicas necessárias que promovem justiça social e garantia de direitos constituídos. Por esta razão, representam um instrumento indispensável na articulação, formulação, planejamento, avaliação e execução dos serviços de um plano. Como também, a participação e envolvimento dos segmentos institucionais das áreas de saúde, educação, assistência social são fundamentais para assegurar a intersetorialidade das informações nos diversos organismos e a compatibilidade entre as informações das diversas políticas publicas. Por isso, foi realizado um levantamento detalhado para identificar locais estratégicos para a realização das atividades, bem como atores sociais que poderão colaborar com a mobilização em cada localidade.

### *6.1.1. Local de realização*

Como possíveis locais para a realização das atividades no município, destacamos a presença de associações, sindicatos, escolas, centros de saúde e centro de assistência social, pontos conhecidos pela população que costumam agregar um grande número de pessoas e possuem uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento dos trabalhos.

**Tabela 2: Associações e Cooperativas de Conceição do Jacuípe (continua).**

| Nº | ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS | ENDEREÇO |
|---|---|---|
| **01** | Associação Comunitária Produtiva Berimbau | Av. Getulio Vargas, 140, Centro |
| **02** | Associação Jacuipense – Ltm Senhor Bonfim | Rua C Lot. Sr. Bonfim |
| **03** | Associação Comercial e Industrial de Conceição do Jacuípe | Rua João Augusto Ribeiro, 3 |
| **04** | Escola de Assoc. Beneficente de Proteção à Infância e Adolescência | Rua João Ribeiro, s/n |
| **05** | Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Jacuípe | Praça Benjamin Constant |
| **06** | Associação Comunitária e Agrícola | Rua Dois, Quadra J, João Paulo II |
| **07** | Associação Produtiva Berimbau | Rua Irma dulce |
| **08** | Associação dos Moradores de Lage | Faz. Lage |
| **09** | Associação Comunitária Belo Horizonte | Rua Irma Dulce |
| **10** | Associação dos Açougueiros de Berimbau | Rua Irmã Dulce, Sede, centro |
| **11** | Associação Comunitária União e Progresso | Rua João Pimentel Ribeiro, 146, Centro |
| **12** | Associação dos Pequenos Agricultores e Piscicultores de Conceição do Jacuípe | - |
| **13** | Instituto Pedro Ribeiro de administração Judiciária - IPRAJ | Rua Manoel Anancleto Ferreira silva, s/n |
| **14** | ASFEBA | Rua João Augusto |
| **15** | Associação Comunitária - ASCOP | Rua Principal do Povoado do Bessa |
| **16** | Clube dos idosos | Av. Getulio Vargas, centro |
| **17** | APAPCJ – Associação de Pequenos Agricultores e Psicultores | Rua Maria Jose, Centro |
| **18** | ASMOTACJ | Rua Bejamin Costa, Casa, Centro |
| **19** | ASCMP | Rua do Andu, centro |
| **20** | ACAB | Povoado Do Bessa |

**Tabela 2 - Associações e Cooperativas de Conceição do Jacuípe (conclui)**

| Nº | ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS | ENDEREÇO |
|---|---|---|
| **21** | COPERCOJ | Av. Getulio Vargas, 1 andar, Centro |
| **22** | Berimbau Music | Praça da palmeira, casa, centro |
| **23** | Associação Peniel | Rua dois de Julho, Terreo, Centro |
| **24** | ABBACC | Rua Sergio Cardoso 20, centrio |
| **25** | Fundação thania Yoshida | Rua Hipolito de Azevedo, sala 101, 01 ,1 andar |
| **26** | AAB – Associação dos açougueiros de Berimbau | Rua Joao Augusto Ribeiro, 04, Casa |
| **27** | Associação Vida Ativa | Av. Berimbau Térreo, Baldez |
| **28** | AMPRUTAP | Faz. Tabuleiro, Casa, Zona Rural |
| **29** | ASSBISJ | Rua Antonio Carlos Magalhães, 09, Centro |
| **30** | ACEECJ | Travessa Maria Quitéria, 59 Centro |
| **31** | ACIACJ | Rua João augusto ribeiro 04, casa |
| **32** | ASCOMBAC | Rua Rui Barbosa, 20 |
| **33** | AMBB | Rua João marinho Abade, 86, casa |
| **34** | CAS | Rua régio Cardoso 65, sede |
| **35** | COOPERHORTA | Rod. BR 324, km 89 Povoado do Bessa |
| **36** | COOPERSERVICE – Cooperativa de Prestação de serviços Res. Ltda | Rua Manoel Procópio, Centro |
| **37** | Cooperativa dos Produtores Hortigran de Conceição do jacuipe e Região Ltda – COOPERHORTA/BA | Rod. BR 324, km, 89, Sede |
| **38** | Cooperativa Multi profissional de Berimbau e região | Rua Tertuliano Pereira Roque, 59, Centro |
| **39** | Cooperativa de trabalho dos Empreendedores Autônomos - COTRAEMPRA | Av.Getulio Vargas Br 324, 291, centro |
| **40** | Associação dos produtores de Hortifruti orgânico de Conceição do Jacuipe e região | Estrada da volta s/n, centro |

**Tabela 3: Conselhos Municipais de Conceição do Jacuípe**

| Nº | CONSELHOS |
|---|---|
| 01 | Conselho Municipal de Assistência Social |
| 02 | Conselho Municipal de Saúde |
| 03 | Conselho Municipal de Educação |
| 04 | Conselho Municipal de Cultura |
| 05 | Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente |
| 06 | Conselho Municipal do Idoso |
| 07 | Conselho Municipal de Educação |
| 08 | Conselho Municipal de Meio Ambiente |
| 09 | Conselho Municipal de Cultura |

Como estratégia de mobilização e organização o levantamento das escolas municipais, privadas e estaduais permitiu analisar possíveis estruturas para realização dos eventos, segue lista na tabela 4, 5 e 6 (abaixo).

**Tabela 4: Escolas Municipais de Conceição do Jacuipe(continua)**

| Nº | ESCOLAS MUNICIPAIS | LOCALIDADE |
|---|---|---|
| 01 | Escola Municipal Pereira Coelho | Fazenda Guedes, S/N – Guedes |
| 02 | Escola Municipal São Francisco de Assis | Zona Urbana |
| 03 | Escola Municipal Alice Pinto Pimentel | Fazenda Lages, S/N – Centro |
| 04 | Escola Municipal de 1º Grau Sergio Cardoso | Rua Teodoro Sampaio, S/N – Centro |
| 05 | Escola Municipal Gustavo Dutra | BR 324 São Luiz, S/N- Perímetro urbano |
| 06 | Escola Municipal Maria Arquiminia Dias | Parque Ouro Verde, S/N |
| 07 | Escola Municipal Laurindo Gomes Dias | Conjunto Urbis II, S/N – Urbis II |
| 08 | Escola Municipal Antonio Antunes dos Santos | Rua Tadeu Cerqueira, S/N – Centro |
| 09 | Escola Municipal Arlindo Ferreira | Rua São Raimundo, S/N – Centro |
| 10 | Escola Municipal Daniel Ribeiro Costa | Loteamento Água Branca, S/N – Guedes |
| 11 | Escola Municipal do Amparo | Fazenda Amparo, S/N- Zona Rural. |
| 12 | Escola Municipal do Bom Sucesso | Fazenda Bom Sucesso, S/N – Zona rural I |

**Tabela 4 - Escolas do Municipal de Conceição do Jacuípe (conclui)**

| Nº | ESCOLAS MUNICIPAIS | LOCALIDADE |
|---|---|---|
| 13 | Escola Municipal João Pimentel Ribeiro | Rua Santa Rita de Cássia, S/N- Bessa |
| 14 | Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição | Praça da Matriz – Picado |
| 15 | Escola Municipal Profª. Ester Ribeiro Lopes | Rua Nova do Baldez, S/N |
| 16 | Escola Municipal Santo Antonio | Fazenda Cajá, S/N – Zona Rural |
| 17 | Escola Municipal Visconde de Oliveira | Fazenda Tabuleiro, S/N – Picado |
| 18 | Escola Municipal Vitalina de Araujo Correia | Praça da Matriz – Picado |
| 19 | Escola Municipal Profª. Maria Valondo de Carvalho | Zona Urbana |
| 20 | Escola Municipal Santa Rita de Cássia | Rua Principal – Bessa |
| 21 | Escola Profª Edite Alves da Silva | Zona Urbana |
| 22 | Escola Municipal São Francisco De Assis | Rua Nova Brasília, S/N – Nova Brasilia. |
| 23 | Grupo Escola Bacildes Azevedo Moraes | Rua Nova Ilicuritiba, S/N- Ilicuritiba |
| 24 | Grupo Escola Ernestino Rosa Silva | Fazenda Oitizeiro, S/N- Zona Rural |
| 25 | Grupo Escolar Municipal José Antonio Oliveira de Almeida | Fazenda Gameleira, S/N- Zona Rural |
| 26 | Grupo Escola Profª Laura Ribeiro Lopes | Rua Castro Alves, 178 – Centro |
| 27 | Grupo Escolar Tertuliano Pereira Roque | Rua Nova Ilicuritiba, S/N – Ilicuritiba |
| 28 | Grupo Escolar Municipal De Pindobas | Avenida Getulio Vargas , S/N- Centro |
| 29 | AMAI – Associação De Apoio Ao Menor, Adolescente E Ao Idoso | Loteamento Maria assunção, 22 |

**Tabela 5: Escolas Privadas de Conceição do Jacuípe**

| Nº | ESCOLAS PRIVADAS | LOCALIDADE |
|---|---|---|
| 01 | Centro Educacional Atenas | Rua da Independência, nº 81- Centro |
| 02 | Colégio Milenium | Rua Irmã Dulce , nº 05- Centro |
| 03 | Escola Domitilia Brito | Rua , Almirante Barroso , S/N- Centro |
| 04 | Escola Encanto do Saber | Rua Almirante Barroso , nº 39- Centro |
| 05 | Escola Estrela Cadente | Zona Rural |

**Tabela 5 - Escolas Privadas de Conceição do Jacuípe (conclui)**

| Nº | ESCOLAS PRIVADAS | LOCALIDADE |
|---|---|---|
| 06 | Escola Municipal Arte do Saber | Rua Hipólito de Azevedo, nº 27- Centro. |
| 07 | Escola Infância Feliz | Rua , Almirante Barroso , S/N- Centro |
| 08 | Escola lápis de Cor | Praça Benjamim Costa, S/N- Centro |
| 09 | Escola Menino Jesus de Praga | Rua Noberto Feliz , S/N- Centro |
| 10 | Escolinha São José | Rua , Almirante Barroso , S/N- Centro |

**Tabela 6: Escolas Estaduais de Conceição do Jacuípe**

| Nº | ESCOLAS ESTADUAIS | LOCALIDADE |
|---|---|---|
| 01 | Escola Estadual Conceição do Jacuipe | Rua Castro Alves, S/N- Centro |
| 02 | Colégio estadual Domingos Barros de Azevedo | Maria José Souza de Andrade |
| 03 | Escola Associação Beneficente de proteção a juventude | Rua João Augusto Ribeiro – Centro |
| 04 | Escola Primitiva de Azevedo Moraes | José Florentino Vieira Correia |

O envolvimento de outras instituições no processo de mobilização social é de suma importância, tais como as secretarias e autarquias municipais, elas são responsáveis por políticas públicas de desenvolvimento urbano, como habitação, saúde, educação, assistência social, meio ambiente e recursos hídricos, onde permitem assegurar a compatibilidade das informações entre os seus objetivos, metas, programas e ações do PMSB.

O município de Conceição do Jacuípe segue os seguintes critérios de atendimento nas escolas com os Programas do Ministério da Educação: Creche crianças de 0 a 03 anos, Educação Infantil de 04 a 05 anos, Educação Fundamental a partir de 06 anos, o Programa de Educação de Jovens adultos - EJA, a cima de 16 anos. Ensino Médio Regular, EJA (Tempo Formativo). Além dos programas MAIS EDUCAÇÃO, PROERD, Brasil Alfabetizado, PACTO/PNAIC.

**Tabela 7: Unidades de Saúde e Centros de assistência Social do Município**

| Nº | USFs, CRAS e CRES |
|---|---|
| 01 | Centro de Referência em Fisioterapia de Conceição do Jacuípe (SUS) - Rua João Pimentel Ribeira |
| 02 | Unidade de Saúde da Família - Centro |
| 03 | Unidade de Saúde da Família - Rua João Hipólito de Azevedo, s/n |
| 04 | Programa de saúde da Família – Gameleira |
| 05 | Programa de saúde da Família – Bessa |
| 06 | Programa de saúde da Família - Picado |
| 07 | Programa de saúde da Família – Ilicuritiba |
| 08 | Programa de saúde da Família – Baldêz |
| 09 | Programa de saúde da Família - Parque Ouro Verde |
| 10 | Hospital Municipal Dr. Antonio Carlos Magalhães: Colônia Gustavo Dutra (SUS); |
| 11 | NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família |
| 12 | Centro da Mulher - Centro de Especialidades – (em reforma) |
| 13 | PSE - Programa de Saúde na Escola |
| 14 | CAPS - Centro de Atenção Psicossocial |

Atualmente, os Programas que estão em andamento na área de saúde em parceria com o Ministério da Saúde são para tratamentos ligados a: prevenção e tratamento de hipertensão e diabetes, saúde da mulher (prevenção do câncer de colo de útero), (Pré-natal, planejamento familiar e preventivo), saúde do homem, saúde da criança (puericultura) e do adolescente - Prosad, saúde do adulto (atendimento clínico), tuberculose e hanseníase, PSE – Programa Saúde na Escola, saúde bucal, DST /AIDS, Programa de imunização, combate a dengue, esquistossomose, Hiperdia (Prevenção e tratamento de hipertensão e diabetes), tabagismo e reabilitação.

Os agentes de saúde, como parte integrante das estruturas de saúde do município e por possuir amplo conhecimento nas suas respectivas área de cobertura, também serão utilizados como importantes agentes de mobilização e divulgação da elaboração do plano, haja visto que além de possuírem um relacionamento próximo e diário com a população, são pessoas que atuam na área do conhecimento que se relaciona diretamente com saneamento.

### 6.2. Setores de Mobilização

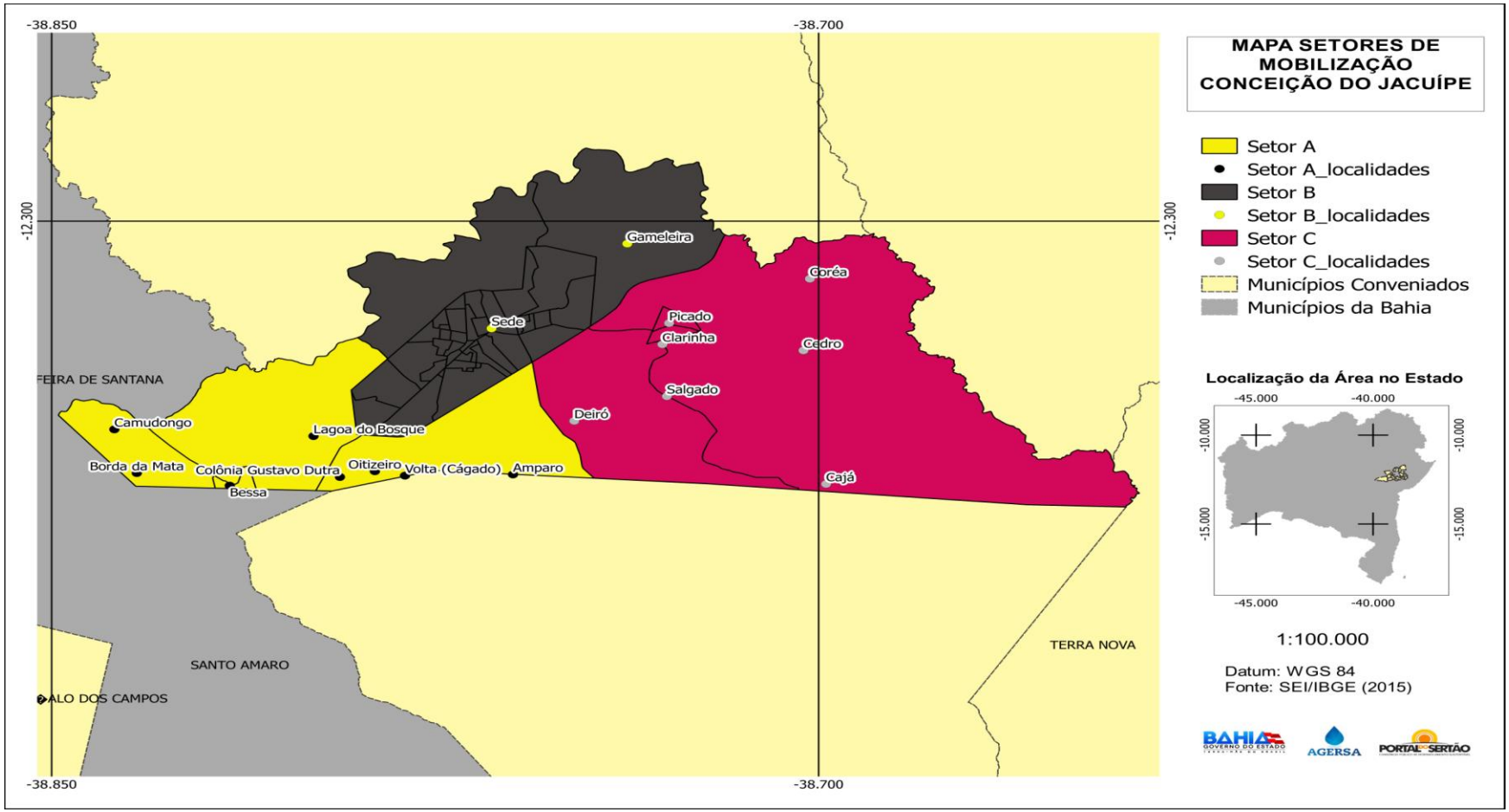
Para facilitar o processo de mobilização e concentrar esforços nas localidades de acordo com suas especificidades foi realizada uma divisão por setores de mobilização, esta deu-se pela proximidade geográfica das comunidades (sede/povoado/distritos)

Assim, será possível abranger pontos estratégicos do município para a realização das 06 oficinas. Os setores de mobilização irão receber etapas diferentes da execução do projeto, no entanto, a sede receberá todas as etapas incluindo a Conferência. Conforme tabela 8 o município de Conceição do Jacuipe foi dividido em 03 (três) setores de mobilização, sendo também ilustrado no mapa de setores, **Erro! Fonte de referência não encontrada.**6.

**Tabela 8: Distritos e Povoados do Município de Conceição do Jacuípe**

| Setores de Mobilização | Distritos e Povoados |
|---|---|
| **Setor B** | Sede |
| | Gameleira |
| **Setor C** | Picado |
| | Clarinha |
| | Salgado |
| | Corea |
| | Cedro |
| | Deiró |
| | Cajá |
| **Setor A** | Camudongo |
| | Lagoa do Bosque |
| | Borda da Mata |
| | Colônia Gustavo Dutra |
| | Bessa |
| | Oitizeiro |
| | Volta |
| | Amparo |

## Figura 6 – Mapa dos Setores de Mobilização



### 6. 3. Meios de Comunicação – estratégias de divulgação

Serão utilizados diversos métodos de articulação (mobilização) que promovam a participação social e alcance a maior quantidade de habitantes do município na zona urbana e rural, possibilitando ainda, o conhecimento de seus direitos, deveres e a importância da construção de um projeto preciso para o futuro. No total, serão realizadas 06 (seis) oficinas, além das reuniões mensais com o comitê, visitas de campo, conferência municipal, consulta pública e audiência. Para a realização dos eventos, a equipe de mobilização contará com o apoio dos agentes públicos para à divulgação das atividades.

Esses encontros serão determinantes para garantir a participação dos munícipes, além de se configurar como mais uma ferramenta para obtenção de dados do município. Na divulgação dos eventos serão utilizados banners, folders, cartazes, convites para serem colados e/ou distribuídos antes e durante os eventos. Além disso, os eventos serão noticiados em sites, redes sociais e demais estruturas do Consórcio Portal do Sertão e do município. Segue na figura abaixo as peças gráficas elaboradas para a divulgação das atividades do PMSB (*em anexo as peças encontram-se em tamanho ampliado)*.

**Figura 7 - Peças gráficas para divulgação (Banner, Folder e Convite)**

Será fundamental ainda, a parceria com os outros veículos de comunicação locais, principalmente, aqueles de alcance nas comunidades mais longínquas da sede do município, para tanto serão utilizados para divulgação as gazetas, os jornais, carros de som e rádios comunitárias. A mobilização deverá ser realizada pelos técnicos de mobilização com o apoio de representantes do comitê, assim será possível identificar as lideranças comunitárias, religiosas, sindicais, ambientalistas entre outras e ampliar o alcance das informações.

Para potencializar a comunicação interna entre a equipe técnica e o Comitê de Coordenação será criado um grupo no aplicativo *whatsapp*, pois este tem se mostrado como uma ferramenta que possibilita uma comunicação ágil e eficiente entre as partes envolvidas, assim como serão utilizadas listas de contatos com endereço, telefone e email's. Essas estratégias buscam dinamizar e socializar as ações previstas para a construção do PMSB.

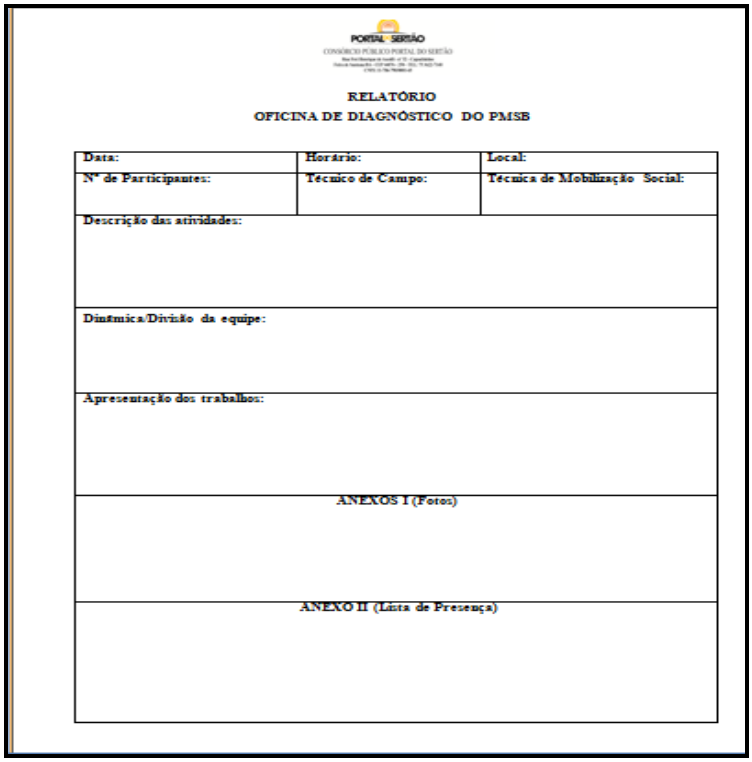
Os espaços de eventos populares são também momentos que possibilitam ações de divulgação do PMSB, deste modo, a equipe técnica deverá estar atenta a rotina e as peculiaridades dos munícipes, identificando eventos culturais, sociais e políticos que podem ser contemplados no calendário da mobilização para a divulgação das atividades.

### 6.4 Registros de Memória

Todas as atividades para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, tais como visitas de campo, participação em eventos, distribuição de convites/folders, encontros com representantes públicos e entre outros devem ser registradas através de fotografias, lista de presença (quando pertinente) e gerar relatórios. É também recomendado ao Coordenador do Comitê que assim proceda nas reuniões de avaliação.

A conferência e as oficinas, devem ainda produzir relatórios detalhados que contenham o andamento e a metodologia dessas atividades (listas de presenças, registro fotográfico). Como estratégia de atração para participação da conferência, principalmente das parcelas mais jovens da sociedade como os estudantes, foi conferido aos participantes um certificado com carga horária de 04(quatro) horas.

**Figura 8- Modelo de Relatório para Oficinas**



RELATÓRIO
OFICINA DE DIAGNÓSTICO DO PMSB

| | | |
|---|---|---|
| Data: | Horário: | Local: |
| Nº de Participantes: | Técnico de Campo: | Técnica de Mobilização Social: |
| Descrição das atividades: | | |
| Dinâmica/Divisão da equipe: | | |
| Apresentação dos trabalhos: | | |
| ANEXOS I (Fotos) | | |
| ANEXO II (Lista de Presença) | | |

**Figura 9- Modelo de Lista de Presença e Certificado**

LISTA DE PRESENÇA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

| | | | |
|---|---|---|---|
| PORTAL SERTÃO | Evento: | Técnico de Campo (*): | Atesto para os devidos fins a veracidade desta lista de presença. |
| | Município: | Técnico(*) de Mobilização: | |
| | Local: | Técnico de Comunicação: | Ass. da Coordenação Técnica: |
| | Data: / / Horário: | Técnica de Administração: | |

| NOME | LOCALIDADE | TELEFONE | PROFISSÃO |
|---|---|---|---|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Certificado

Certificamos que o Sr(a):_____,
participou da **Conferência Municipal de Saneamento Básico** para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, com carga horária de 4 horas.

Data:_____de_____de_____.

Derivaldo Pinto Cerqueira
Presidente do Consórcio

Daniel Moreira de Oliveira Souza
Secretário Executivo do Consórcio

### 6.5 Instrumentos de apoio didático

Os instrumentos utilizados para realização das atividades devem ter caráter informativo, respeitando a pluraridade social, educacional, econômica, etinica/racial, religiosa e cultural dos participantes. Para a conferência e oficinas serão utilizados recursos visuais, textuais e lúdicos, com o máximo de clareza na execução. A utilização de vídeos, apresentação de slides e figuras são indispensáveis para que a informação seja transmitida com eficiência.

Na conferência, será apresentado o vídeo desenvolvido pela CONEN Infraestrutura Urbana, intitulado “Os quatro eixos do saneamento: água, esgoto, drenagem pluvial e resíduos sólidos” em que traz de maneira didática noções básicas de saneamento, que se caracteriza-se como importante ferramenta para formação de opinião.

As dinâmicas propostas para as oficinas também devem atender aos mesmos critérios, porém, como estas possuem uma dinâmica própria de produção de resultados, as atividades realizadas devem ser mais dinâmicas e os recursos devem permitir um trabalho próximo do lúdico e da facilidade de entendimento, ou seja, serão utilizados materiais como jornais, papel metro, gravuras, revistas, pinceis e entre outros buscando horinzontalizar a participação e ampliar o diálogo entre as partes independente da classe social ou qualquer aspecto da comunidade.

## 7. FASES, ATIVIDADES E METAS

As etapas que compõem o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico serão desenvolvidas em um período de 08 meses. A participação da população em todas as fases é necessária para que o plano corresponda as necessidades e anseios do município, levando em consideração suas especificidades, já que o documento deve ser elaborado para um horizonte de 20 (vinte) anos, avaliado anualmente e revisado a cada 04 (quatro) anos.

A figura 10 apresenta o fluxograma das atividades previstas, para dar início as ações no município, é necessária uma visita para identificar os potenciais representantes do Comitê de Coordenação, que devem ser pessoas dispostas a facilitar o diálogo com a população para o desenvolvimento das posteriores etapas de elaboração do PMSB.

**Figura 10 - Fluxograma de etapas de elaboração do PMSB**

### 7.1 – 1ª Etapa: Capacitação do Comitê de Coordenação

A etapa inicial faz referência ao processo de formação do comitê através de indicação e, também, da identificação de lideranças municipais por parte da equipe técnica. Após o comitê formado é realizada a Oficina de Capacitação em que é transmitida as responsabilidades que devem ser assumidas pelo referido grupo.

Os representantes do Comitê serão os responsáveis por fazer a mobilização no município, sensibilizando a população sobre a necessidade da participação efetiva na construção do PMSB, e na coleta dos dados a partir da perspectiva da população, assim como no acompanhamento do fornecimento dos dados técnicos.

Na oficina de capacitação os representantes do Comitê conhecerão a estrutura do Plano e como poderão colaborar no fornecimento de informações. Este momento será importante ainda para que os membros do comitê possam, juntamente com a equipe técnica, opinar e contribuir sobre o processo de construção do plano. Com base no TR da Funasa o Comitê de Coordenação tem as seguintes atribuições:

1. Identificar as demandas locais referentes aos serviços de saneamento básico;
2. Promover em todo o município a divulgação do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;
3. Convocar a população da sede, distritos e povoados para a participação nas Oficinas, Audiências Públicas, Conferência Municipal e demais eventos relacionados ao Plano Municipal de Saneamento Básico;
4. Diligenciar e acompanhar as atividades locais a cargo do Município;
5. Criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, podendo-se reunir independente da equipe técnica executora, quando julgar necessário;

6. Discutir e avaliar o trabalho produzido pela equipe técnica responsável pela elaboração dos estudos do Plano Municipal de Saneamento Básico;
7. Realizar reuniões mensais e produzir atas, listas de presenças e imagens dos encontros para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

A realização da referida oficina ocorrerá a partir da apresentação dos temas de interesse utilizando-se de recursos áudio visuais como data show, vídeos e fotografias, a atividade tem duração prevista de 03 horas.

**Tabela 9: Programação da Oficina de Capacitação do Comitê de Coordenação**

| HORÁRIO | PROGRAMAÇÃO |
|---|---|
| **09:00** | Abertura com apresentação do Consórcio Público Portal do Sertão e equipe (técnicos e Comitê de Coordenação) responsável pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. |
| **09:30** | Noções básicas de Saneamento Básico e estrutura do PMSB |
| **10:30** | Apresentação do Plano de Mobilização Social |
| **11:30** | Agendamento das próximas atividades |
| **12:00** | Encerramento |

### 7.2 – 2ª Etapa: Conferência de Lançamento do Plano Municipal de Saneamento Básico

A Conferência Municipal é o primeiro evento para intermediar a relação entre os técnicos de campo, o Comitê de Coordenação e a população. Sua importância está no lançamento do projeto para toda sociedade já contemplando o critério de controle social. Será um momento de aprimoramento e diálogo para que as propostas sejam incluídas no processo de elaboração do PMSB, ou seja, este é o primeiro espaço de debate com a população sobre a elaboração do plano e a identificação sobre as condições de saneamento no município, caracterizando-o como momento importante para delinear as principais estratégias de ações para identificar situações críticas dos serviços de saneamento prestado.

Como estratégia de ação, e também para provocar sentimento de pertença durante a execução do projeto, por parte comitê, serão sugeridos quatro temas para que estes possas escolher o mais apropriado para a discussão no

município, bem como o palestrante responsável para facilitar os trabalhos, os temas sugeridos são:

1. Saneamento Básico e Saúde;
2. Resíduos Sólidos e os seus impactos no ambiente urbano;
3. Educação ambiental e controle social no âmbito da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;
4. Prestação adequado do serviço de Abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A estratégia utilizada para sensibilizar a população a participar deste evento será a utilização dos diversos veículos de comunicação locais, como carros de som, rádios, sites e redes sociais. Além disso, serão fixados cartazes em pontos estratégicos, como escolas, postos de saúde, centro de referência de assistência social e demais órgãos públicos, privados e distribuídos folders na sede, distritos e/ou povoados.

Na realização da Conferência será assinado pelo prefeito municipal o decreto instituindo o comitê de coordenação, sendo a partir deste momento um grupo formal para acompanhamento da elaboração do PMSB. O tempo estimado para a realização do evento é de 03 horas e a sequência da atividade é descrita na Tabela 10.

**Tabela 10: Programação da Conferência de Lançamento PMSB**

| HORÁRIO | PROGRAMAÇÃO |
|---|---|
| **08:30** | Credenciamento |
| **09:00** | Mesa de abertura com as autoridades |
| **10:00** | Vídeo de Saneamento Básico |
| **10:10** | Coffee Break |
| **10:30** | Palestra de tema relacionado ao Saneamento Básico |
| **11:30** | Entrega de certificados |

### 7.3 – 3° Etapa: Realização das Oficinas

O papel principal das oficinas é envolver a população na elaboração do PMSB de forma conjunta e participativa, através de métodos motivadores que contribuam com a identificação dos dados do município. Além da oficina de capacitação, serão realizadas outras 06 (seis) oficinas, distribuídas com base

na divisão por setores de mobilização, buscando atender o máximo de indivíduos na zona rural e urbana.

Nestas oficinas serão realizadas dinâmicas com as comunidades para que o conhecimento acerca dos serviços de saneamento básico seja facilitado e construído coletivamente. Serão apresentados dois temas nas 06 (seis) oficinas, são eles:

1. Oficina de Diagnóstico de Saneamento Municipal;
2. Oficina do Prognóstico e Construção dos Cenários;

Por cada tema, serão realizadas três oficinas, uma para cada setor de mobilização. Ao fim de cada oficina deve ser elaborado um relatório com a descrição das atividades realizadas e das informações colhidas, fotos e lista de presença.

As oficinas serão mediadas pela equipe técnica de apoio (engenheiro e mobilizador). Cabe ao Comitê de Coordenação auxiliar na articulação com a população para garantir a ampla participação social.

A divulgação deve ser feita explorando todos os meios de comunicação disponíveis no município, levando em consideração que os distritos e/ou povoados também devem ser alcançados. Para isso é necessário que os membros do Comitê de Coordenação estejam articulados com as demais lideranças locais para que possam contribuir com a multiplicação das informações.

Os agentes públicos, de saúde, de endemias, lideranças comunitárias e demais pessoas que estejam em contato frequente com a população, assim como representantes de classes, serão indispensáveis nesse processo, pois divididos pelas suas micro-áreas poderão estender as informações para um maior número de pessoas.

### 7.3.1 Programação das Oficinas

#### *7.3.1.1 Oficina de Diagnóstico*

As oficinas de diagnóstico do saneamento básico municipal são desenvolvidas para a coleta de dados e informações acerca da situação atual da prestação

dos serviços de saneamento no município. Para dar encaminhamento às discussões, algumas informações serão tratadas na oficina de acordo com o levantamento técnico dos sistemas pelo engenheiro da equipe de apoio.

Os dados coletados devem ser apresentados após a realização da dinâmica e dos debates, por que desta forma evitasse que o público participante seja influenciado pelas informações apresentadas a priori, ou seja, deve-se buscar a participação de forma livre para que a equipe técnica capte os relatos e construa os relatórios a partir da real percepção da comunidade sobre o tema.

**Tabela 11: Programação da Oficina de Diagnóstico**

| HORÁRIO | PROGRAMAÇÃO |
|---|---|
| **09:30** | Apresentação do grupo. |
| **09:45** | Discussão sobre PMSB |
| **10:15** | Dinâmica de grupo (“Painel”). |
| **10:45** | Apresentações dos GT’s e de dados do município. |
| **11:30** | Encerramento com informes. |

A previsão de duração da Oficina de Diagnóstico é de 02 horas e meia, como segue a tabela abaixo.

Na metodologia de execução escolhida os participantes serão divididos em 04 (quatro) grupos que receberá um envelope contendo uma imagem referente a um dos eixos de saneamento básico. Cada grupo terá o tempo de 30 minutos para discutir sobre o tema e colocar os problemas, faltas, dificuldades e necessidades referentes ao serviço na comunidade. Os grupos receberão uma folha de papel metro, canetas, pilotos, lápis de cera para que possam expressar suas opiniões livremente, desenhando, escrevendo, pintando, enfim, como a criatividade permitir.

Ao final do tempo, os grupos irão a frente apresentar os trabalhos e todos os demais podem interferir fornecendo mais informações a respeito do eixo discutido. Sendo assim, todos os participantes terão a chance de discutir sobre todos os eixos de saneamento: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais.

**Lista de material necessário por oficina:**

- 01 Data Show;
- 08 Pinceis atômico de cores variadas;

- Imagens de serviços de saneamento básico
- Papel metro pardo ou branco.

#### *7.3.1.2 Oficina de validação do diagnóstico e construção dos cenários*

A oficina de prognóstico é a atividade para que a população, a partir do que foi definido no diagnóstico, de situação real dos serviços de saneamento, possa vislumbrar os cenários futuros e as perspectivas de intervenções projetadas para o curto, médio e longo prazo. Deve-se facilitar nesta atividade a condução dos trabalhos de modo que a população possa projetar o futuro de acordo com os cenários que interferem diretamente em investimentos na área de saneamento, quais sejam no aspecto político, econômico, ambiental entre outros.

Os participantes devem montar uma árvore que simboliza o processo de crescimento do município. Nas raízes devem ser identificados os problemas que os moradores identificaram em relação aos quatro eixos do saneamento básico. No caule, com o auxílio dos técnicos devem ser coladas as possíveis soluções para a resolução dos problemas levantados e nos frutos devem conter os resultados que a população deve encontrar na medida que os serviços forem implementados, a curto, médio e longo prazo.

Após a memorização da dinâmica o mobilizador solicita dos participantes a indicação de um relator para montar a árvore do saneamento básico do município. A partir da raiz (problemas), caule (projeções/possibilidades), copa-folhas (imaginário), frutos (resultado/viável). Ao mobilizador caberá a condução dinâmica de forma que haja a participação de todos os presentes, em conformidade com as demandas levantadas nas oficinas de diagnóstico. A cada etapa da montagem o (a) relator(a) provocará uma discussão sobre como está o município e como poderá ficar na perspectiva da implantação do PMSB. A duração prevista para a atividade é de 02 horas e meia.

**Tabela 12: Programação da Oficina de Prognóstico e Construção de Cenários**

| HORÁRIO | PROGRAMAÇÃO |
|---|---|
| **09:30** | Apresentação do grupo. |
| **09:45** | Retomada dos temas abordados em oficinas anteriores. |
| **10:15** | Dinâmica de grupo “Árvores de Forças”. |

| HORÁRIO | PROGRAMAÇÃO |
|---|---|
| **10:45** | Apresentações dos GT's e de dados do município. |
| **11:30** | Encerramento com informes. |

**Lista de material necessário por oficina:**

- 05 metros de papel pardo ou branco;
- 10 pinceis atômico coloridos;
- 20 folhas de ofício;
- 20 unidades de hidrocor;
- 02 tesouras.

### 7.4. Roda de Conversa

A Roda de Conversa se insere como espaço de articulação e de interação com o outro, em que as falas buscam complementar, concordar ou discordar com as anteriores. Assim, garante à população o acesso à informação e a participação no processo de formulação, planejamento, avaliação, fomentando o controle social. Esta foi pensada para que funcione como uma atividade intermediária entre a última oficina de diagnóstico e as etapas de consulta e audiência pública, a fim de manter o grau de mobilização construído nas etapas anteriores.

**Tabela 13: Programação da Roda de Conversa**

| HORÁRIO | PROGRAMAÇÃO |
|---|---|
| **08:30** | Apresentação da equipe técnica e do Comitê de Coordenação |
| **09:00** | Apresentação do PMSB; |
| **11:00** | Diálogo em Circulo; |
| **11:30** | Aplicação do questionário de avaliação da atividade; |
| **11:45** | Encerramento das atividades e informes. |

Para isso, se faz necessárias ações que promovam a participação de setores estratégicos da sociedade, tais como: Mobilizar o comitê de coordenação, convocar as secretárias de governo, os conselhos municipais de defesa de direitos, docentes da rede de ensino, líderes comunitários, sindicais e religiosos, coordenação do projeto, técnico de campo e os órgãos estaduais participantes do plano para estabelecer um diálogo que certifique a comunidade uma maior capacidade de debate e argumentação nas etapas subseqüentes a aprovação do projeto na câmara municipal de vereadores.

Para a realização da roda de conversa será estabelecido o tempo de 02 (duas) horas para apresentação do plano, 03 (três) minutos para falas e um 01(um) minuto para replicas dos demais participantes, numa perspectiva de um público alvo de 50 (cinquenta) pessoas.

**Lista de material necessário para Roda de Conversa**

- 01 Data Show;
- 50 Pastas;
- 100 Folhas de ofício;
- 50 Canetas(preta ou azul);
- 50 Folders PMSB;
- 60 Questionários avaliativos;

## 8. ACOMPANHAMENTO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS COM CONSULTA PÚBLICA

Entende-se que no processo de construção de planos, em geral, é necessário que todos os estudos sejam corroborados pelos cidadãos e beneficiários do produto final. Além disto a Política Nacional de Saneamento em seu Art. 19 § 5 traz sobre a necessidade da consulta e audiência pública.

> "Será assegurada ampla divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas".

Dessa forma após a conclusão dos estudos pertinentes, será elaborada uma versão preliminar do plano, a qual será disponibilizada para Consulta Pública. Os itens a seguir trazem o detalhamento destas atividades.

### 8.1 Consulta Pública

Ao final do desenvolvimento do Plano, o documento elaborado deve ser disponibilizado através do site oficial da Prefeitura para consulta pública. A ampla divulgação da disponibilidade do produto fará com que a população tenha acesso ao documento por tempo determinado e possa fazer críticas e sugestões que poderão ser incluídas no material final.

A disponibilização do produto final preliminar será feita por meio digital e físico, ao qual serão utilizados de espaços de fácil acesso como bibliotecas, secretarias municipais, câmara de vereadores, sindicatos para disponibilização em meio físico, e em relação ao material em formato digital deverão ser publicizados em sites oficiais da prefeitura, do consórcio portal do sertão e através de solicitação de envio por e-mail. Os locais, sejam físicos ou digitais, em que ficarão os produtos serão previamente anunciados com um tempo para análise e acolhimento de sugestões de 15 a 30 dias.

### 8.2 Audiência Pública

A última etapa que marca o final das atividades de apoio à elaboração do Plano é a realização de uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Vereadores do município. A audiência será o momento de apresentação oficial do documento ao município, ela é uma instância de discussão da Administração Pública com objetivo de validar todos os estudos e propostas indicadas no documento final.

É livre a entrada de qualquer participante e dos meios de comunicação, a sessão deve ser realizada em local acessível e em dias úteis. A convocação para a realização da audiência deve ser feita com antecedência, por meio de imprensa escrita e falada, assegurando a inserção em jornais de grande circulação.

**Tabela 14: Programação da Audiência Pública**

| Programação |
|---|
| Formação da Mesa Diretora |
| Apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da Audiência Pública |
| Exposição do PMSB |
| Formulação e encaminhamentos das perguntas e sugestões |
| Leitura dos questionamentos e resposta |
| Encerramento com leitura resumida com as questões principais da Audiência |

## 10.CRONOGRAMA

| Etapas principais | Meses | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| Formação do Grupo de Trabalho | | | | | | | | | | | | |
| Plano de Mobilização | | | | | | | | | | | | |
| Relatório do Diagnóstico Técnico Participativo | | | | | | | | | | | | |
| Relatório da Prospectiva e Planejamento Estratégico | | | | | | | | | | | | |
| Relatório dos Programas, Projetos e Ações | | | | | | | | | | | | |
| Plano de Execução | | | | | | | | | | | | |
| Relatório sobre Indicadores de Desempenho | | | | | | | | | | | | |
| Sistema de Informações Municipais | | | | | | | | | | | | |
| Minuta do Projeto de Lei | | | | | | | | | | | | |
| Relatórios Mensais | | | | | | | | | | | | |
| Relatório Final | | | | | | | | | | | | |

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Tânia M.;ANDRADE, Mariana C; MURIBECA, Galvani T.; Disponível em: http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/VI-024.pdf Acesso em 03/03/2016.

Brasil, Instituto Trata. Disponível em: http://www.tratabrasil.org.br/ Acessado em 17/01/2016.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 brasileira: resultado da consulta nacional / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília, 2004. 158 p.

Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento . -- Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.

Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH -3)/Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília:SEDH/PR, 2010.

Brazil Filho, E. A. Ouvir, Traduzir e Transformar. O Papel das Ouvidorias em Ambientes Regulatórios. VIII Congresso Brasileiro de Regulação. 2ª ExpoABAR. Minas Gerais, 2013.

Estatísticas dos Municípios Baianos [recurso eletrônico] / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1 (2000 - ). – Salvador: SEI, 2012. v. 4

FERNANDES, Rosa M.C; REIS, Patrícia L. A. Formação para o Controle Social da Política de Assistência Social: a experiência de um projeto de extensão em Porto Alegre. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo2/oral/26_formacao_para_o....pdf Acesso em: 03.03.2016

FUNASA. Termo de Referência de Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/04/2b_TR_PMSB_V2012.pdf Acesso em: 03.03.2016

MDS. **RI Detalhado dos Programas Sociais.** Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>. Acesso em: 17/11/2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Conceição do Jacuípe, Bahia – BA, Histórico.** Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=292750&search=bahi[conceicao do jacuipe]|infograficos:-historico>. Acesso em: 18/11/2015.

_____.**População urbana x rural.** Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=29&cod2=290800&cod3=29&frm=urb_rur>. Acesso em: 17/11/2015

TONI, Jackson De. Planejamento Participativo: Possibilidades Metodológicas Alternativas. Disponível em:

http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_congresso_consad/painel_14/planejamento_participativo_possibilidades_metodologicas_alternativas.pdf Acesso em: 03.03.2016

# ANEXOS

## ANEXO I (FOLDER FRENTE E VERSO)

## ANEXO II (BANNER)

## ANEXO III (CONVITE CONFERÊNCIA)

## ANEXO IV (CRACHÁ PARACONFERÊNCIA E OFICINAS)

## ANEXO V (CERTIFICADO PARA CONFERÊNCIA)

# ANEXO VI (LISTA DE PRESENÇA)

## LISTA DE PRESENÇA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PORTAL DO SERTÃO | Evento: | | Técnico de Campo (*): | Atesto para os devidos fins a veracidade desta lista de presença. |
| | Município: | | Técnico (*) de Mobilização: | |
| | Local: | | Técnico de Comunicação: | Ass. da Coordenação Técnica: |
| | Data: / / | Horário: | Técnica de Administração: | |

| NOME | LOCALIDADE | TELEFONE | PROFISSÃO |
|---|---|---|---|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

## ANEXO VII (MODELO RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO)

### RELATÓRIO

### OFICINA DE CAPACITAÇÃO – CONCEIÇÃO DO JACUÍPE

| | | |
|---|---|---|
| **Data:** | **Horário:** | **Local:** |
| **Nº de Participantes:** | **Técnico de Campo:** | **Técnica de Mobilização Social:** |
| **DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:** | | |
| **ENCAMINHAMENTOS:** | | |
| **ANEXOS (FOTOS DA OFICINA E LISTA DE PRESENÇA)** | | |

## ANEXO VIII (MODELO DO RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA)

**RELATÓRIO**
**CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE (NOME DO MUNICÍPIO)**

| | | |
|---|---|---|
| **Data:** | **Início:**<br><br>**Término:** | **Local:** |
| **Nº de Participantes:** | **Técnico responsável:** | **Técnica de Mobilização Social:** |
| **DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS** | | |
| **Credenciamento:** | | |
| **Mesa de abertura:** | | |
| **Exibição de vídeo:** | | |
| **Palestra** | | |
| **Lanche e entrega de certificados:**<br><br>**ANEXO I (03 a 05 fotos compactada**<br><br>**ANEXO II (Lista de presença em formato de imagem)** | | |

## ANEXO IX (SPOT DE RÁDIO PARA DIVULGAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL)

**PEÇA:** SPOT
**TEMPO:** 1m
**TÍTULO:** CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
**LOCUÇÃO:**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE E O CONSÓRCIO PÚBLICO PORTAL DO SERTÃO CONVIDA TODA A POPULAÇÃO PARA PARTICIPAR DA CONFERÊNCIA DE LANÇAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DESTE MUNICÍPIO, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA XX DE DEZEMBRO DE 2015, ÀS XX HORAS, NO XXX.

VENHAM DISCUTIR ASSUNTOS REFERENTES À AGUA, ESGOTO, DRENAGEM PLUVIAL E RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO.

A PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE SABE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS VOCÊS.

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE

# ANEXO X (MODELO-ROTEIRO DO CERIMONIAL DA CONFERÊNCIA)

**CONFERÊNCIA de Lançamento do**
**Plano Municipal de Saneamento Básico**

**CREDENCIAMETO – 08:30**

- Entrega de crachá, e assinatura da lista de presença

**1° MOMENTO- Abertura– ACOLHIMENTO – 08:50**

Bom dia a todos, é com muita satisfação que hoje o Governo Municipal de _____ e O Consorcio Publico Portal do Sertão agradece a participação de todos vocês na Conferência de Lançamento do Plano Municipal de Saneamento Básico de nosso município.

Convênio esse celebrado entre a Secretaria de Infra-estrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia (SIHS),Agência Reguladora de Saneamento do Estado da Bahia (AGERSA), e o Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Portal do Sertão. Em parceria com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA e a Companhia de Engenharia Hídrica e Saneamento da Bahia (CERB).

**2° MOMENTO – Formação da Mesa – 09:00**

Neste momento convidamos as autoridades a fazer parte da mesa de abertura dos trabalhos:

Excelentíssimo Senhor
Prefeito**:**_____
VicePrefeito:_____
_____
_____

Representante do Consorcio Publico Portal do Sertão:_____
_____

**3º MOMENTO – Pronunciamento – 09:10**

Vamos ouvir o pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Prefeito

**4° MOMENTO – Leitura e Assinatura do Decreto**

Neste momento faremos a leitura do Decreto.

**5° MOMENTO – Apresentação do vídeo – 09:30**

Convidamos a todos para assistir o Vídeo sobre Saneamento Básico

Vamos juntos discutir assuntos de infra-estrutura básica como: água, esgoto, drenagem pluvial e resíduos sólidos de nosso município.

**6º MOMENTO – Palestra – 10:30**

Ouviremos agora a Palestra com o tema _____relacionado ao Saneamento Básico, que será realizado (a) por _____.

**7º MOMENTO – Participação da Plenária**

Momento de envolver os participantes, que será conduzido pelo (a) palestrante, ou representante do Portal.

**8º MOMENTO – Agradecimentos Finais – 11:00**

Agradecemos mais uma vez a presença e a participação de todos, num projeto de grande importância para todos, que busca atende a necessidades atuais e das futuras gerações.

**9º MOMENTO – Encerramento**

Teremos agora a Entrega dos Certificados acompanhado de um lanche.

**10º MOMENTO – Avisos**

## ANEXO XI (MODELO DO DECRETO)

Decreto Nº __/2015, de ___ de _____ de 2015.

*Constitui o Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de _____ e dá outras providências.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE _____,** Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010 e Decreto 7.217 de 21 de junho de 2010.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** Constituir o Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de _____, e cuja respectiva composição e atribuições são definidas a seguir.

**Artigo 2º** O Comitê de Coordenação é a instância consultiva responsável pela condução da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes integrantes:

I – representantes do poder público:

a) **Nome do representante** – Setor que representa
b) **Nome do representante** – Setor que representa
c) **Nome do representante** – Setor que representa

II – representantes dos prestadores de serviços:

a) **Nome do representante** – Entidade que representa (_____)

III– representantes de organização da sociedade civil:

a) **Nome do representante** – Entidade que representa
b) **Nome do representante** – Entidade que representa
c) **Nome do representante** – Entidade que representa

**Artigo 3º** O Comitê de Coordenação aqui constituído tem as seguintes atribuições:

8. Identificar as demandas locais referentes aos serviços de saneamento básico;
9. Promover em todo o município a divulgação do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;
10. Convocar a população da sede, distritos e povoados para a participação nas Oficinas, Audiências Públicas, Conferência Municipal e demais eventos relacionados ao Plano Municipal de Saneamento Básico;
11. Diligenciar e acompanhar as atividades locais a cargo do Município;
12. Criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, podendo-se reunir independente da equipe técnica executora, quando julgar necessário;
13. Discutir e avaliar o trabalho produzido pela equipe técnica responsável pela elaboração dos estudos do Plano Municipal de Saneamento Básico;
14. Realizar reuniões mensais e produzir atas, listas de presenças e imagens dos encontros para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

**Artigo 4º** Fica o Sr. _____, da (_____), responsável pela coordenação do Comitê.

**Artigo 5º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE _____**

Em ____ de _____de 2015.

NOME DO PREFEITO
Prefeito Municipal